

# Desapropriação cria impasse para a reforma agrária

Janio de Freitas

## Criminoso perpétuo

Conheci o tenente-aviador Fernando Peixoto pouco depois que deixou de ser tenente e aviador: estava vendendo material elétrico. Mas não material pesado ou sofisticado, cujas comissões fazem a fortuna fácil dos que os vendem a governos e, ainda mais fácil, de muitos dos que os compram em nome do governo. O que Fernando vendia eram mesmo tomadas, computadores, soquetes de lâmpadas, fios comuns e ninharas deste porte.

O vendedor de material elétrico Fernando Peixoto não disse que até pouco antes era tenente-aviador. Mas faltava-lhe, com toda evidência, aquela desenvoltura que caracteriza os vendedores. No segundo ou terceiro encontro, acabei obtendo a narrativa do que lhe acontecera. Eramos jovens então, faz mais de 20 anos, mas não esqueci a vergonha que senti naquele momento: "como se explica — meu Deus, que pessoas que têm a nossa nacionalidade, vivem sobre a mesma terra e sob o mesmo céu que nós, afinal de contas têm o nosso sangue, como explica que sejam capazes de fazer com a vida de um jovem o que está sendo feito com a vida de Fernando Peixoto? Despatenteado, execrado, investigado e esmiuçado, enfim absolutamente inocentado — e, no entanto, mantido na perda da patente e na execração que o atingiram sem que ao menos houvesse acusação preliminar".

Por muitos motivos, que vão de certa pusilanidade à pobreza intelectual do país, passado quase um quarto de século da derrubada de João Goulart, o que a historiografia, a sociologia e a chamada ciência política produziram até hoje, sobre aquele fato e seus desdobramentos, é pouco menos do que rigorosamente nada. Não surpreende que haja tanta dificuldade de entender o presente. E tanta perplexidade nas intenções de prevenir o futuro.

Só pelo conhecimento do que se deu a partir de 64 seria possível pavimentar a via sólida para um futuro construtivo e harmonioso do país. A maioria dos adeptos da derrubada de Jango afirma, há muito tempo, que seu propósito nunca foi o da instauração de um regime militar que extinguísse o Estado de Direito, as liberdades públicas e a cidadania, subjugada pela prepotência do Estado e seus instrumentos de força. Embora esquecidos de que o golpe de estado a que aderiram já implicava, por definição e por natureza, tais práticas antidemocráticas e anticivilizadas, em boa parte aquela afirmação é fundada.

Porque o movimento de 64 foi logo dominado por um grupo de paranóicos — no sentido mesmo dado a esta palavra pela psicopatologia — que decidiu e agiu por sua conta, impondo decisões aos que faziam a ocupação formal do poder e a eles se submeteram. A começar das cassações, demissões, prisões e todas as formas de execração praticadas sem o menor critério processual, atendendo só a antipatias, interesses ou medos tipicamente paranóicos, e até às mortes por tortura que mobilizaram o então presidente Geisel, o Brasil e os brasileiros não estiveram apenas sob o império do autoritarismo: estiveram também sob o reinado de insanidade mental, de que se tornou um dos símbolos o Burrier citado neste livrinho porque algoz do tenente-aviador Fernando Peixoto, entre tantos outros.

Quando penso que a vida é só uma e me ocorre o que neste país foi feito com a vida de tantos Fernandos Peixotos, não sei o que é maior em mim, se a indignação ou a repugnância. Mas sei que cada pessoa de caráter, de honra, de algum valor humano, tem o dever moral e físico de proporcionar a cada um e a todos os Fernandos Peixotos a prova de que os facinorosos que se impuseram ao país não são nossos irmãos. Pertencem ao mundo dos criminosos históricos. São irmãos mais obscuros dos Hitler, dos Mussolini, dos Stalin, dos Pinochet, dos Papa Doc, dos Somoza, desta corja que perpassa século sobre século, a história da loucura criminosa e da criminalidade política.

E até agora, Fernando Peixoto, não se pôde mudar a exclamação: que vergonha, meu Deus!"

(Este é o prefácio que assino no livrinho "Criminosos Perpétuos — Histórico de um Caso", ontem lançado no Rio e a se-lo agora no Senado. Com texto introdutório do senador José Paulo Bisol, é uma coletânea dos documentos que demarcam o percurso de um militar cassado em 64, desde a conclusão do IPM em que o major-brigadeiro Armando Perdigão diz que "nada se apurou contra Fernando Peixoto", às indignas manobras do Ministério da Aeronáutica para impedi-lo até de exercer a profissão de piloto no exterior e, assunto tão evitado como se proibido, as provas de convivência da alta Justiça com a injustiça do Estado sem Direito. A reprodução do prefácio tem a pretensão de colaborar para que os leitores desta coluna formem sua opinião sobre o que deve ser a anistia a ser votada, em breve, pela Constituinte).

Da Sucursal de Brasília

Fracassou ontem, às 18h40, a negociação sobre reforma agrária no Congresso constituinte, depois de um dia inteiro de reuniões em busca do acordo. O impasse resumiu-se a um único item: o Centrão não admite em hipótese nenhuma a desapropriação de terras produtivas. A liderança do PMDB e a esquerda não abrem mão do direito de desapropriar terras que não cumpram sua função social, sejam produtivas ou não.

Sem acordo, não houve votação ontem. O plenário ficou quase vazio, à espera do resultado das negociações entre os líderes partidários e do Centrão, no gabinete do senador Mário Covas (PMDB-SP) e na biblioteca da Câmara. O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, em função do impasse, suspendeu a sessão às 18h, transferindo-a para hoje às 14h30. Uma última tentativa de acordo será feita hoje de manhã.

A atuação de Covas — líder do PMDB no Congresso constituinte — foi decisiva para evitar o confronto no plenário. No início da noite, com o impasse estabelecido, os dois principais negociadores do Centrão, deputados Alysso Paulinelli (PFL-MG) e Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), passaram a defender a disputa em plenário, sem acordo, do item sobre a propriedade produtiva e a função social.

Covas, porém, pediu a palavra e afirmou: "De que adianta vocês ganharem, ou nós, por apenas 280 votos? Temos que chegar a um texto de consenso, como na reforma urbana". Quis evitar que uma das questões mais polêmicas da Constituinte fosse decidida num clima de radicalização política e por escassa maioria (280 votos, maioria absoluta dos 559 constituintes, é o quórum mínimo para aprovação de qualquer matéria).

Conseguiu convencer o Centrão a tentar mais uma vez o acordo, hoje de manhã. Ontem à noite, o senador Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do PMDB no Senado, procurou o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, para convencê-lo a insistir na linha da negociação. Caiado aceitou a ponderação.

"Estamos de acordo que a propriedade produtiva não pode ser desapropriada, salvo se não cumprir sua função social. A propriedade produtiva não pode ser um critério absoluto" — disse Fernando Henrique. O Centrão tem um entendimento oposto sobre esta questão: "o problema é não deixar inquietos os produtores rurais" — disse Alysso Paulinelli, no final da reunião.

O item polêmico é o parágrafo 5º do artigo 219. Este define quais propriedades são "insuscetíveis" de desapropriação para fins de reforma agrária. O primeiro item livra da desapropriação as pequenas e médias propriedades rurais, e sobre isso estão todos de acordo. O problema é o segundo item. O Centrão quer tornar insuscetível de desapropriação "as propriedades produtivas, nos termos da lei" (a lei será definida depois da Constituinte).

Já os partidos de esquerda e a liderança do PMDB querem tornar insuscetíveis "as propriedades produtivas, assim definidas em lei, que cumpram sua função social". Ou seja, se não cumprirem a função social, poderão ser desapropriadas.



Covas (a cabeceira da mesa) coordena a reunião das lideranças que tenta fechar um acordo para a reforma agrária



Luiz Novais

## ENQUANTO O ACORDO NÃO VEM

Durante toda a sessão de ontem do Congresso constituinte os parlamentares esperaram um acordo sobre o capítulo da Reforma Agrária, para que houvesse votação. Enquanto prosseguiram as negociações muitos,

como os deputados Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) e Virgildásio de Sena (PMDB-BA), aproveitavam para ler jornais (foto). O presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, disse ao plenário que

ainda permaneciam algumas divergências e decidiu encerrar a sessão, convocando novamente os constituintes para hoje, às 14h30. "Queremos esgotar todas as tentativas de entendimento", afirmou Ulysses.

A função social é definida em outro artigo, até agora aceito por todos os lados.

O artigo diz que a propriedade atende a função social se cumprir "simultaneamente" os seguintes requisitos, "segundo critérios e graus estabelecidos em lei: 1 — aproveitamento racional e adequado; 2 — utilização dos recursos naturais sem desapropriação do meio-ambiente; 3 — observância das disposições que regulam as relações de trabalho; 4 — exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Os líderes do Centrão temem que subordinar a reforma agrária às quatro funções sociais deixe o produtor rural ao arbítrio do governo ou do Ministério da Reforma Agrária. Num caso extremo, a terra poderia ser desapropriada, ainda que produtiva, se deixasse de cumprir a legislação trabalhista de alguns de

seus trabalhadores ou se poluisse um rio. "Por que desapropriar por um capricho?" — perguntou o deputado e produtor rural Gilson Machado (PFL-PE).

O senador Mário Covas defendeu enfaticamente a função social como critério para desapropriação. "É inadmissível que uma Constituição estabeleça dois critérios para desapropriação, um subordinado à função social e outro à propriedade produtiva", disse na reunião. Toda a esquerda abandonou seus próprios argumentos para reforçar a posição de Covas.

Os parlamentares chegaram a um consenso, exceto quanto ao item sobre a propriedade produtiva. São unânimes em relação a desapropriação paga em títulos da dívida agrária resgatáveis em vinte anos. As benfeitorias "úteis e necessárias" deverão ser indenizadas em dinheiro. (Alexandre Polesi)

## Ulysses quer apressar 2º turno

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, disse o tem ao deputado Geraldo Alckmin (PMDB-SP) que pretende realizar uma reunião de líderes para encontrar uma fórmula que acelere a votação em segundo turno da nova Constituição. Alckmin levou a Ulysses uma proposta que está ganhando força dentro do PMDB: manter a possibilidade de cada constituinte apresentar quatro emendas supres-

sivas a dispositivos aprovados no primeiro turno, mas permitir que apenas uma ou duas possam ser destacadas para votação. As demais seriam analisadas em bloco.

Ulysses mostrou-se preocupado, no entanto, em evitar que as alterações tornem necessária uma reforma no regimento interno, o que poderia acabar atrasando os trabalhos. A limitação a um ou dois destaques, portanto, seria feita por meio de uma interpretação do regimento. (AG)

## Especialistas conduzem as conversações

Da Sucursal de Brasília

O dia de ontem foi marcado por uma sucessão de reuniões, muitas delas com 30 a 40 constituintes de todos os partidos, além de líderes de sindicatos patronais e de trabalha-

dores rurais. A esquerda e os sindicalistas concentraram-se no gabinete do senador Mário Covas. Os produtores rurais e os líderes do Centrão fizeram reuniões separadas numa sala da biblioteca da Câmara. Na prática, porém, as negociações

foram conduzidas por um pequeno grupo de especialistas, sob a assessoria técnica dos juristas Manoel Gonçalves Ferreira Filho (pelo Centrão) e Miguel Reale Júnior e José Afonso da Silva (pelo PMDB).

Fotos Banco de Dados



**Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP)** - Presidente da Associação Brasileira da Reforma Agrária, é um conhecedor de assuntos fundiários e um advogado familiarizado com os meandros jurídicos da questão. É também um conciliador.



**Mário Covas (PMDB-SP)** - Comandou todo a negociação, mas só jogou o peso de sua liderança no final. Não abriu mão de vincular a desapropriação à função social, mesmo de terras produtivas e apostou sempre na negociação.



**Euclides Scalco (PMDB-PR)** - É um dos especialistas em questões agrárias de seu partido, com base na farta experiência em conflitos agrários que adquiriu no Norte do Paraná, seu Estado. Foi um dos mais duros negociadores.



**Rosa Prata (PMDB-MG)** - Seu currículo o credencia. Engenheiro agrônomo, foi presidente da Associação Brasileira de Criadores de Zebu, diretor da Faculdade de Zootecnia de Uberaba e secretário da Agricultura de Minas.



**Alysso Paulinelli (PFL-PR)** - Ex-ministro da Agricultura, é o principal negociador do Centrão, que expressa delegação das entidades de empresários rurais. Engenheiro agrônomo e presidente da Sociedade Mineira de Agricultura.



**Luís Roberto Ponte (PMDB-RS)** - Todas as questões envolvendo ordem econômica ou papel da iniciativa privada passam por suas mãos. Ponte tentou forçar o confronto em plenário no item sobre a propriedade produtiva.